

Apresentação

Pensar sobre a materialidade e não apenas a cultura material é um bom ponto de partida.
Arjun Appadurai¹

As coisas existem e exigem gestos. O homem as inventa, as torna úteis e elas participam de sua sobrevivência e atendem às suas necessidades. Elas são por ele manipuladas como instrumentos de vivência, mas dele requerem gestos artesanais: as técnicas. As coisas conformam a materialidade da cultura, mas, também, são conformadas por significados que vão além de sua concretude. Elementos materiais de nossa cultura e a relevância de seus significados identitários são os objetos de reflexão do presente Dossiê. *Se campo ou abordagem, se domínio ou enfoque, se plataforma ou subdisciplina*, a tradicionalmente denominada *cultura material* é objeto importante da história e aqui é tratada como fundamental *perspectiva de análise* da história social da cultura em uma *dimensão* pluridisciplinar que articula materialidade, imaginário, simbologia, gestualidade, identidade.

O presente Dossiê, *Elementos materiais da cultura e patrimônio*, além de tudo, busca focar os elementos materiais da cultura como *documentos* de realidades sociais, não como reflexos destes, mas integrados à sua construção. Os objetos, assim, não são apenas fetiches ou simples detentores de sentidos sociais deslocados de seus usos. Como quer Vânia Carvalho,

o artefato, como qualquer documento, deve ser compreendido na sua intertextualidade, ou seja, dentro de um conjunto amplo de enunciados que dão sentido, valor, induzem e instrumentalizam as práticas.²

1 Em entrevista concedida à *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v.23, n. 45, p187-198, janeiro-junho, 2010.

2 CARVALHO, Vânia Carneiro de. Gênero e cultura material: uma introdução bibliográfica. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.8-9, p.293-324, 306, 2000-2002. Ver também REDE, Marcelo. Estudos de cultura material: uma vertente francesa. *Museu Paulista*, São Paulo, v.8-9, p.281-291, 2000-2002.

Temáticas ligadas à *cultura material* têm sido recorrentes no campo da História, a cada tempo e em cada lugar privilegiando temas vinculados à arte, às técnicas, aos significados sociais do cotidiano, à domesticidade ou à vida privada, às condutas comerciais, aos processos alimentares, aos consumos do homem etc. Embora não haja efetividade na busca de propostas definitivas de conceituação do termo, ele sempre aparece como uma nova possibilidade do fazer historiográfico. Optando pela obviedade (parâmetro que não pode ser negligenciado na temática da materialidade da cultura), resumiríamos que *cultura material* é o complexo e dinâmico repertório do que os homens são capazes de produzir, fazer circular e consumir. Tais dimensões das ações não apenas sinalizam a(s) funcionalidade(s) da criação humana, como também denotam os diferentes significados atribuídos a um dado artefato por uma comunidade e/ou sociedade ao longo do tempo.

O conjunto de textos deste dossiê busca subsidiar as reflexões sobre a temática e objetiva mostrar a amplitude de suas perspectivas nos estudos históricos. Tem como objeto os *elementos materiais da cultura* – expressão mais condizente com uma proposta de que o homem, ao construir culturas, faz coisas concretas e essas são dignas de serem historiadas, oferecendo possibilidades de construírem-se como manifestações sociais identitárias que nomeamos de *patrimônio cultural* – material e *imaterial*. Essa última expressão vem nomeando os valores, os símbolos, os modos de fazer e as técnicas decorrentes dessa materialidade da vida. A nosso ver, no entanto, não podem ser dissociados dela. Não há, a rigor, uma cultura que se possa cindir entre o material e o imaterial. O chamado *patrimônio imaterial* é, sendo mais rigoroso, *patrimônio vivencial* ou *experencial*.

Partimos do pressuposto de que os historiadores podem tomar os elementos concretos da cultura, em si mesmos, como expressão social, na dinâmica dos interesses econômicos, das convicções ideológicas; como representações sociais de valores e de símbolos de relevâncias humanas. Cada um deles pode ser compreendido no bojo das relações sociais que os produzem. Concebidos, pois, como *matéria* da História, os *elementos materiais da cultura* tornam-se objeto de estudo e análise histórica, ou seja, permitem ao historiador compreendê-los e explicá-los integrados e conformados nas relações sócio-culturais de uma dada realidade histórica.

A recorrência da temática no campo da história e das outras ciências sociais permite novos e enriquecedores enfoques, mas, apenas para ficarmos no último século, nos remete aos trabalhos de Fernand Braudel, Sérgio Buarque de Holanda, Giovanni Levi, Daniel Roche e tantos outros e, mais recentemente, aos estudos acerca do crescente e dinâmico consumo de produtos pelas sociedades a partir do século XVII, sem esquecer que consumos nos indicam, também, gostos, distinções sociais, estratégias de

sociabilidade e de poder, como são exemplos os textos de John Brewer, Roy Porter, Lorna Weatherill, Woodruff D. Smith, Jan de Vries, Mary Douglas, Marshall Sahlins, Colin Campbell, Deyan Sudjic, Daniel Miller, Pierre Bourdier e Arjun Appadurai, só para citar alguns.³

Como nos atenta Daniel Roche, lembrando a reflexão de Karl Gottlob Schelle ao buscar “reconciliar a filosofia com o cotidiano”, é preciso especular sobre “os objetos da vida” e buscar a compreensão das nossas relações com as coisas e de nossas mediações com os objetos e com o mundo.⁴ Para o autor, a noção de *cultura material*, pouco definida, “permite aos historiadores de qualquer período e de qualquer área cultural relacionar um conjunto de fatos marginais em relação ao essencial, o político, o religioso, o social, o econômico”, possibilitando perceber as “adaptações” que os homens fazem ao viver, “através das quais o natural se revela fundamentalmente cultural”.⁵

As coisas e os objetos da fatura humana não podem ser dissociados das realidades vividas.⁶ Na História, teóricos marxistas construíram as primeiras tentativas conceituais para expressar tal relação como *cultura material*. Tentaram delimitar seu campo para a história posicionando seus limites nos meios de trabalho (o homem e os utensílios), no objeto do trabalho (as riquezas materiais, as matérias primas), na experiência humana nos processos de produção (as técnicas), na utilização dos produtos materiais (o consumo), como se posicionou Henri Dunajewski. Também firmaram outra percepção, simplificando esse esquema anterior e restringindo o campo da *cultura material*, às condições naturais e às modificações que o homem imprime ao meio, gerando produtos, como definiu Jerzy Kulczyski.⁷ Ao pensar elementos materiais na construção das culturas não podemos nos restringir ao campo das técnicas, mesmo entendendo a expressão braudeliana de que “tudo é técnica”.⁸ As relações humanas nos usos de seus objetos de sobrevivência e de produção, são

3 Para citar algumas obras que nos remetem à essa perspectiva de análise histórica: BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 3 vols.; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; ROCHE, Daniel. *História das coisas banais*. Nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000; a edição organizada por BREWER, John e PORTER, Roy. (eds.) *Consumptions and the world of goods*. London-New York: Routledge, 1994, com textos de Jean-Christophe Agnew, Joyce Appleby, T.H. Breen, John Brewer, Peter Burke, Colin Campbell, Patricia Cline Cohen, David Cressy, Jan de Vries, Cissie Fairchilds, C.Y. Ferdinand, Iaroslav Isaievych, Sidney Mintz, John Money, Chandra Mukerji, Jeremy D. Popkin, Roy Porter e Simon Schaffer; WEATHERILL, Lorna. *Consumer behaviour and material culture in Britain, 1660-1760*. New York: Routledge, 1996; SMITH, Woodruff D. *Consumption and the making of respectability, 1600-1800*. New York: Routledge, 2002; DE VRIES, Jan. *The industrious revolution: consumer behavior and the household economy, 1650 to the Present*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008; APPADURAI, Arjun. (org.) *A vida social das coisas*. Niterói: EdUFF, 2008.

4 ROCHE, Daniel. *História das coisas banais*. Nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p.11.

5 ROCHE, Daniel. *História das coisas banais*, p.12-13.

6 PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p.177-213, 186.

7 PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material, p.188.

8 BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*, p.303.

mais que os artifícios técnicos. Como quer André Leroi-Gourhan, “Nunca se tinha pensado que quem possui o fuso conhece também o movimento circular alternado e que quem utiliza a roda de fiar utiliza também o moimho e o torno do oleiro”.⁹ Diríamos, parafrazeando Braudel, que tudo é ação humana e que as técnicas são indissociáveis das ações/relações. Ele próprio completa a sua conclusão anterior exprimindo que “A técnica nunca anda só”.¹⁰

Podemos distinguir a materialidade da cultura das representações mentais e do pensamento religioso, político, filosófico, artístico, da construção linguística etc, mas não podemos separá-los, tratá-los na individualidade redutiva. Advém dessa premissa, evitarmos a expressão *cultura material* e adotarmos *elementos materiais da cultura*, do mesmo modo que estranhemos acima a ideia de uma *cultura material* e de uma *cultura imaterial*, separadas em didatismo simplificador. No processo de vivência, ou de outra forma, na dinâmica das experiências humanas ao viver, tudo é cultura, intrinsecamente compondo repertórios de construções de realidades.

Nesses termos, a pesquisa histórica objetiva, não apenas a descrição dos objetos e das técnicas em um processo temporal de mudanças e de permanências, mas a interpretação de realidades sociais que os usam, distintas no tempo. Como quer Daniel Roche:

Os objetos, as relações físicas ou humanas que eles criam não podem se reduzir a uma simples materialidade, nem a simples instrumentos de comunicação ou de distinção social. Eles não pertencem apenas ao porão ou ao sótão, ou então simultaneamente aos dois, e devemos recolocá-los em redes de abstração e sensibilidade essenciais à compreensão dos fatos sociais.¹¹

A compreensão dos fatos sociais a partir de sua materialidade é, enfim, o objeto de reflexão dos textos aqui apresentados.

Os elementos materiais de qualquer cultura denotam a construção cotidiana da vida e, assim, têm sido objetos da história do cotidiano. Não apenas os hábitos de consumo e os produtos e serviços feitos e consumidos, mas os significados atribuídos a todas as ações do ser humano e aos instrumentais por ele inventados na relação com o mundo natural, na busca da sobrevivência, no atendimento das suas necessidades, na construção dos gostos, na edificação do repertório de sua cultura. Materialidade e imaterialidade são inseparáveis na análise desse repertório, mesmo que distinguíveis entre si.

9 LEROI-GOURHAN. Cf. PESEZ, Jean Marie. A história da cultura material. In: LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger e REVEL, Jacques. *A Nova História*, p.124.

10 BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*, p.397.

11 ROCHE, Daniel. *História das coisas banais*, p.13.

O aumento da gama de produtos a que a população tem acesso a partir do processo de contato globalizado da modernidade tem estimulado, no âmbito dos estudos históricos, as reflexões temáticas sobre os elementos materiais da cultura. No entanto, a materialidade de períodos históricos anteriores, também, motiva estudos em perspectivas e enfoques novos.¹²

Esses artefatos da vida são cada vez mais numerosos, complexos e produzidos em velocidade cada vez mais acelerada. A conservação desses objetos no tempo – através do uso e da guarda memorialística, associada aos significados e aos valores a eles atribuídos, evidenciando formas de viver, de manifestar saberes e fazeres, de memorizar sentidos e condutas que não se querem esquecidas, enfim, um acervo de coisas e de gestos, de vivências –, configura patrimônios e formas de patrimonialização, a outra vertente, neste Dossiê, de nosso olhar sobre a materialidade da cultura.

Vivemos um tempo de padronizações de processos interpretativos da cultura que culminam em pasteurizações empobrecedoras da diversidade cultural. Paradoxalmente, os registros do dito patrimônio imaterial suscitam a ampliação do conceito de patrimônio cultural, mas, por outro lado, estimulam um esquadrinhamento didático que reduz a visão sobre a complexidade dinâmica das culturas. Linguagens interpretativas e museológicas tornam-se, assim, um campo de saber exigente e requerem criatividade que ressalte tal dinamicidade e diversidade. Legislações de salvaguarda e práticas educativas exigem igual criatividade. Caso contrário, teremos um gestual interpretativo das manifestações de cultura a negar tal diversidade. No caso da preservação de patrimônios urbanos o risco de homogeneidade é claro e já mensurável e, como critica Henri-Pierre Jeudy segue a mesma fórmula de patrimonialização, estetização, espetacularização, padronização e gentrificação.¹³ No Brasil temos exemplos dessa “globalização” empobrecedora, onde as singularidades locais foram extintas, em nome de uma estética urbana uniformizada que atende a um gosto equilibrado/massificado.

As contribuições textuais a este *Dossiê*, a cujos dedicados autores agradecemos, são exemplos claros dessa diversidade de olhares sobre a materialidade de nossas vivências na história. Em um eixo que traça um percurso de reflexões teóricas e temáticas e que objetiva pensar objetos como bens materiais e identitários e suas formas de constituir riquezas, saberes, consumos, gostos, técnicas e, também, memórias, os textos

12 Como por exemplo, estudos sobre alimentação, família e patrimônio no mundo antigo e medieval, como, dentre outros, podemos citar REDE, Marcelo. *Família e patrimônio na antiga Mesopotâmia*. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2007.

13 JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. Este livro traduz e conjuga dois estudos do autor: *La machinerie patrimoniale e Critique de l'esthétique urbaine*. Embora contextualizado em uma realidade europeia da última década do século XX e primeira do XXI, as reflexões têm validade para a problemática das políticas de patrimonialização no Brasil.

promovem um diálogo essencial, na medida em que suas leituras ajustam sintonias e promovem embates de pensamentos diversos.

Os artigos dos convidados percorrem um eixo que integra padrões metodológicos e narrativas interpretativas, com problemáticas muito presentes na atualidade: a construção de riquezas familiares, as práticas alimentares, a domesticidade, os processos interpretativos do patrimônio e de musealização, os saberes tradicionais, os usos da água, a educação patrimonial e a leitura documental do historiador. Todos eles discutem a investigação temática e os problemas frente às fontes da materialidade da cultura ou as linguagens memorialísticas do processo de patrimonialização e de musealização.

Em sequência, *Legados de um passado escravista: cultura material e riqueza em Minas Gerais*, de Cláudia Eliane Parreira Marques Martinez, associa a investigação sobre a materialidade e a riqueza, como estratégia para a compreensão da sociedade escravista diante do fim da escravidão. O problema investigado é a re-organização da riqueza e dos padrões materiais no pós-1888. Seguindo os passos de Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, a autora lê os Inventários *post mortem* como possibilidades de “inflexão no circuito da vida social do artefato”.

Cultura material, espaço doméstico e musealização, de Vânia Carneiro de Carvalho, é um estudo das dimensões materiais da vida social e suas formas de expressão no processo curatorial no museu histórico. O museu é visto pela autora como um instrumento estratégico para fomentar as investigações sobre o espaço doméstico e este é tomado “como um lugar fértil para a incorporação das formas de distinção social e de gênero por meio do uso de objetos”.

Em *Cultura, história, valores patrimoniais e museus (Culture, histoire, valeurs patrimoniales et musées)*, Dominique Poulot reflete sobre as diferentes formas de apropriação da ideia de patrimônio no mundo moderno, a partir do século XVIII. Para o autor, o termo *patrimônio* tem, na atualidade, grande poder de evocação e os museus de história são lugares onde essa evocação parece acompanhar o fluxo da produção contemporânea de artefatos. O museu, lugar exemplar de interpretação histórica e formal específica, conforma diferentes formas de problematizar o passado material, onde a materialidade e a inteligibilidade de seu contexto andam juntas.

Maria Eliza Linhares Borges nos apresenta em *Cultura dos ofícios: patrimônio, história e memória*, um *ethos* fundado em formas artesanais de produção e em suas estratégias de regulação, transmissão de saberes, expressão de valores, crenças, comportamentos e sociabilidades que, frente aos modos industriais de produção, tornam-se “pitorescos” e jogados à sombra pelos museus e pela cultura visual. Para a autora, a memória dessa cultura é idealizada “porque saudosista e nostálgica”, mas reconhece que o “tempo gramatical da Cultura dos Ofícios foi mais longo do que se imagina”.

Em *A patrimonialização dos saberes técnicos, entre história e memória: o caso dos depósitos de invenção na França e na Inglaterra (La patrimonialisation des savoirs techniques, entre Histoire et Mémoire: le cas des dépôts d'invention en France et Angleterre au XVIII^e siècle)*, Lilliane Hilaire-Pérez trata da tensão entre História e Memória no processo de patrimonialização dos saberes e do papel dos “depósitos legais” que, a partir do século XVIII, inauguram nova forma de pensar o patrimônio, distinta daquela das coleções, gabinetes e museus. A autora, refletindo sobre casos concretos de uma prática nova na França e na Inglaterra, contrapõe um novo direito na economia do conhecimento e nos mercados de inovação técnica com o papel memorialístico da guarda de saberes e de sua importância como leitura das identidades de comunidades técnicas novas, mesmo com a participação das tradicionais corporações de ofícios.

Jaime Rodrigues, na linha de uma história social da alimentação que considera integrados a produção, o consumo e a construção do gosto, analisa o impacto da industrialização, da renda familiar e da propaganda na tradição alimentar paulistana no século XX. Seu texto, *Uma história das práticas alimentares de trabalhadores paulistanos em dois momentos do século XX*, tem como problema as relações entre culinária e memória, sobretudo no âmbito familiar, analisando-as pelos seus vestígios materiais – a materialidade dos próprios alimentos, de suas embalagens e de suas peças promocionais – e simbólicos.

O *desenho e a história da técnica na Arquitetura do Brasil colonial* é o texto de Marcos Tognon que propõe aos historiadores um conjunto de procedimentos para explorar os valores artísticos e técnicos dos desenhos como importantes registros documentais. Como fontes, essas “representações” são, para o autor, linguagens capazes de referenciar claramente as mais distintas realidades arquitetônicas. Assim, propõe quatro abordagens que contrapõem o plano artístico e a materialidade cotidiana das edificações.

O artigo de Jesús Raúl Navarro García, *Salud y Paisaje: contribución desde el Termalismo a la revitalización de zonas rurales (El caso de Pozo Amargo, cuenca del Guadaira, España)*, apresenta um processo de interpretação do patrimônio paisagístico (natural) e material (cultural) ligado ao uso da água em instalações termais, onde ação governamental e cidadã se integram em projeto econômico. História essa materialidade integrada à paisagem, desde o século XVIII, numa tradição de ligar o ócio à “recuperação anímica” dos visitantes do lugar. O texto nos trás importante reflexão sobre o conceito de paisagem e as teorias acerca de seu papel como patrimônio histórico-cultural, contrapondo suas dimensões natural-hidrológica, cultural, utópica, arquitetônica, material. É, enfim, a interpretação histórica de uma ideia de bem-estar que harmonizava homem e paisagem, como propugnava o geógrafo anarquista Élisée Reclus.

A presença de estudantes: o encontro de museus e escola no Brasil a partir da década de 50 do século XX é o texto de Paulo Knauss que interpreta as raízes da renovação do debate sobre museus e educação a partir de experiências de 1950 e de anos anteriores, como no caso da criação do Museu Histórico Nacional, em 1922, e o do Museu Mariano Procópio, na cidade de Juiz de Fora, que se distinguem dos “museus de ciência” criados no século XIX. Knauss mostra como a questão da relação entre museus e educação contribuiu para renovar o conceito de museus e o perfil dos profissionais de museus no Brasil. As fontes de análise do autor são os textos produzidos por intelectuais do período, ligados aos museus históricos, publicados como livros ou artigos em revistas e que têm como tema a museologia como instrumento educativo da juventude. Nessa história dos museus brasileiros no século XX, o autor percebe a busca do encontro das instituições museológicas e de educação e a força crescente de um diálogo inevitável.

Os homens constroem coisas, seus nomes e gestos que as colocam como instrumentos. Além de tudo, como afirma o dito popular, *se tem nome é porque a coisa existe*. Inspirado nessa premissa banal articulamos no Dossiê que se apresenta a força temática e documental dos elementos materiais da cultura e do patrimônio cultural com o instrumental de memórias, imaginários, simbologias, técnicas e gestualidades. Seguimos com isso, a tradição das Ciências Humanas e temos a expectativa da crítica dos leitores.

Belo Horizonte, julho de 2011.

JOSÉ NEWTON COELHO MENESES

Departamento de História. UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627

Belo Horizonte. MG. 31270-901. Brasil

jnmeneses@uol.com.br

(organizador)